



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE GESTÃO DE CONTRATOS

Procedimento nº **02405.000.174/2023** — Procedimento de Gestão Administrativa

CONTRATO DE OBRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N.º 0073/2023

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrita no CNPJ sob nº 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, bairro Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, como CONTRATANTE, e PLANO M CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 24.530.584/0001-75, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Gralha Azul, n.º 555 - 154, bairro Jardim Carvalho, CEP n.º 91430-835, telefone n.º(51) 99223-7356, e-mail planom.licita@gmail.com, por seu representante legal, como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE OBRA E PRESTAÇÃO SERVIÇO DE ENGENHARIA, nos termos da Concorrência n.º 01/2023, em observância à Lei Federal n.º 8.666/93, ao Código Civil Brasileiro e à Lei Estadual n.º 11.389/99, bem como ao Ato Convocatório e à proposta apresentada, que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço de engenharia, com o fornecimento de materiais, para a execução, via empreitada por preço unitário, de reforma e manutenção parcial do prédio da sede institucional, com área de intervenção de 3.057,33m², situado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, em Porto Alegre, RS, conforme especificações constantes nos Anexos deste Edital de Licitações e da proposta da CONTRATADA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE GESTÃO DE CONTRATOS

Procedimento nº **02405.000.174/2023** — Procedimento de Gestão Administrativa

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO QUE ANTECEDE O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias após a disponibilização da súmula do presente contrato na imprensa oficial:

- a) comprovante da garantia de execução do contrato;
- b) Apólice do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional específica para ART ou RRT emitida, conforme Lei Estadual n.º 12.385/05;
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente pago e assinado pelo responsável técnico;
- d) Planilha de preços unitários, conforme modelo do Anexo C do termo de referência, devidamente especificado conforme proposta da CONTRATADA, sendo-lhe permitido alterar apenas os custos dos insumos de material e de mão de obra que compõem cada item da planilha de orçamento resumido da obra; e
- e) Cadastro Nacional de Obras – CNO, nos termos da IN RFB nº 2061/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO



3.1 A CONTRATADA deverá prestar a garantia de que trata a letra “a” da cláusula segunda deste ajuste, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, pelo período da vigência contratual, no valor de R\$ 159.070,00 (cento e cinquenta e nove mil e setenta reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste.

3.2 Não serão aceitos instrumentos de garantia que possuam, em seu bojo, cláusulas de exclusão de sua aplicabilidade em casos de inexecução contratual e em situações que representem potencial risco de prejuízo ao CONTRATANTE.

3.3 Ocorrendo alteração, dentro dos limites legais, dos valores constantes deste contrato ou prorrogação do prazo de execução da obra ou, ainda, qualquer outra causa que impeça a entrega do objeto no prazo avençado, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou prorrogação, conforme o caso, da garantia prestada, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do termo/apostila.

CLÁUSULA QUARTA - DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL

4.1 A CONTRATADA, em atenção ao disposto na Lei Estadual de n.º 12.385/05, deverá apresentar apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de que trata a letra “b” da cláusula segunda deste ajuste, em nome do profissional responsável técnico pela execução da obra, de acordo com a ART ou RRT, tendo como importância segurada o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da obra.



4.2 Ocorrendo alteração, dentro dos limites legais, dos valores constantes deste contrato ou prorrogação do prazo de execução da obra ou, ainda, qualquer outra causa que impeça a entrega do objeto no prazo avençado, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou prorrogação, conforme o caso, do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do termo/apostila.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE INÍCIO E CONCLUSÃO DO OBJETO

5.1 Os serviços, bem como qualquer mobilização de material ou mão de obra somente poderão ser iniciados após AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS, fornecida pela Divisão de Arquitetura e Engenharia do CONTRATANTE.

5.2 O início da obra ou do serviço será precedido de reunião realizada com a equipe da Divisão de Arquitetura e Engenharia do CONTRATANTE e representante da CONTRATADA, incluindo, obrigatoriamente, a presença do responsável técnico.

5.2.1 A reunião poderá ser no local da obra ou nas dependências do CONTRATANTE, a critério da fiscalização.

5.3 O prazo máximo de execução do objeto será de 10 (dez) meses, a contar da data que será definida na reunião referida no item 5.2 desta cláusula.

5.4 A CONTRATADA poderá utilizar as instalações existentes de água e luz do prédio, sem nenhum custo.



CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, PAGAMENTO, REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 O CONTRATANTE pagará a quantia total de R\$ 3.181.400,00 (três milhões cento e oitenta e um mil e quatrocentos reais), que apresenta a seguinte composição:

a) material: R\$ 2.503.170,02 (dois milhões quinhentos e três mil cento e setenta reais e dois centavos);

b) mão de obra: R\$ 678.229,98 (seiscentos e setenta e oito mil duzentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

6.2 Os preços são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, licenças, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), materiais, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária que venha a incidir sobre a execução do contrato.

6.3 O valor será pago em 10 (dez) parcelas, sendo estas correspondentes à medição realizada mensalmente ou em periodicidade menor.

6.3.1 O valor da parcela deverá corresponder aos serviços executados, de acordo com medição realizada pela fiscalização.



6.3.2 Os custos com limpeza permanente da obra, andaime do tipo metálicos, proteção de fachada com tela e administração local da obra serão pagos conforme o estabelecido nos critérios de medição do memorial descritivo.

6.4 O pagamento das parcelas ocorrerá sempre no 15º (décimo quinto) dia, contado da protocolização da Nota Fiscal, que deverá estar acompanhada da documentação constante desta cláusula, e será efetuado por meio de depósito em conta corrente.

6.5 A Nota Fiscal deverá discriminar os valores correspondentes à mão de obra e a materiais.

6.5.1 A Nota Fiscal, acompanhada de toda documentação necessária, deverá ser enviada à Divisão de Arquitetura e Engenharia do CONTRATANTE, através do e-mail nfengenharia@mprs.mp.br e admengenharia@mprs.mp.br.

6.5.2 A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da Nota Fiscal encaminhada através do n.º (51) 3295 8262, com a finalidade de comprovar a sua protocolização.

6.5.3 Não serão recebidos documentos fiscais, bem como complementação de documentos necessários para pagamento, no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso do CONTRATANTE, se houver).

6.5.4 A Nota Fiscal referente à última parcela poderá ser protocolada somente após o recebimento definitivo do objeto.

6.6 Todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pela CONTRATADA por ocasião do pagamento.



6.7 Haverá a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

6.8 Por ocasião do pagamento de cada fatura, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos originais ou suas cópias autenticadas:

a) guia(s) de recolhimento de importâncias devidas ao INSS quitadas, referente à matrícula da obra – CNO, se houver;

b) guia(s) de recolhimento de importâncias devidas ao FGTS quitadas;

c) folha de pagamento, com assinatura e carimbo da empresa;

d) termos de rescisão, se houver, com carimbo e assinatura da empresa; e

e) GFIP, com assinatura e carimbo da empresa.

6.9 Por ocasião da quitação da última fatura, a CONTRATADA deverá apresentar:

a) certidões negativas de débitos do INSS referente à matrícula da obra - CNO, inclusive para fins de averbação, quando for o caso;

b) certidões negativas de débitos do FGTS; e

c) GFIP identificada com a matrícula da obra - CNO, se houver, informando a ausência do fato gerador.

6.10 Havendo erros ou omissões na documentação de pagamento, a CONTRATADA será notificada, com a exposição de todas as falhas verificadas, para que



proceda as correções necessárias. Nesse caso, o prazo para efetivação do pagamento será interrompido, reiniciando a contagem no momento em que forem sanadas as irregularidades.

6.11 Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês da apresentação da proposta de preços, a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente.

6.11.1 O índice a ser considerado é o INCC/FGV correspondente à variação no período, que terá como termo inicial o mês da apresentação da proposta de preços e como termo final o 12º (décimo segundo) mês.

6.11.2 Será considerado como base de cálculo para a aplicação do índice de reajustamento do período (12 meses) valor do saldo da parcela do mês de aniversário da apresentação da proposta.

6.11.3 O índice de reajustamento não será aplicado sobre parcelas remanescentes que se encontrem em atraso, conforme cronograma físico-financeiro apresentado, quando este for imputável à CONTRATADA.

6.11.4 O reajuste será processado por apostila.

6.12 O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação, *pro rata die*, do INCC/FGV.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



7.1 Dos direitos do CONTRATANTE:

7.1.1 Receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

7.1.2 Ordenar, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da ordem de serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou em material posto na obra.

7.2 Das obrigações do CONTRATANTE:

7.2.1 Efetuar o pagamento ajustado;

7.2.2 Realizar, por meio da FISCALIZAÇÃO, no Diário de Obra:

- a) a verificação dos apontamentos efetuados pela CONTRATADA;
- b) responder a consultas formuladas ou providências solicitadas;
- c) emitir juízos ou restrições a respeito do andamento da obra ou do serviço;
- d) apontar outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



8.1 É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado, na forma e prazo convenencionados.

8.2 Das obrigações da CONTRATADA:

8.2.1 Prestar os serviços na forma ajustada, responsabilizando-se pela sua execução, bem como pela fiel observação das especificações técnicas do projeto e das diretrizes do Termo de Referência.

8.2.2 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

8.2.3 Providenciar, nos prazos fixados, a documentação constante do presente contrato.

8.2.4 Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo as exigências da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas.

8.2.5 Submeter à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, sem ônus, amostras dos materiais a serem utilizados na obra, se solicitado.

8.2.6 Planejar a execução dos serviços que serão realizados com o prédio em funcionamento em horário comercial, de forma que causem o mínimo transtorno possível.

8.2.6.1 Apenas de forma pontual e excepcional poderão ser executados serviços em finais de semana e feriados, observada a legislação municipal acerca do silêncio.



8.2.7 Observar os prazos de entrega, pelos fornecedores, de materiais que demandem mais tempo para a produção e promover a sua compra em tempo hábil, de modo que não comprometa o cronograma de execução da obra.

8.2.8 Manter um Relatório Diário de Obra e/ou Relatório Diário de Ocorrência no local, desde a data de início dos serviços, para que sejam registrados pela CONTRATADA e, a cada vistoria, pela FISCALIZAÇÃO, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da mesma.

8.2.8.1 Preencher diariamente (e impreterivelmente) o Relatório Diário de Obras em folhas duplas e numeradas, conterà informações das atividades diárias relacionadas às condições meteorológicas, localização dos pontos de prestação dos serviços dentro do canteiro - área interna/externa/salas, início e término dos trabalhos, quantidade e qualificação dos trabalhadores, informações acerca de eventuais empresas terceirizadas presentes.

8.2.8.2 Preencher e assinar, por intermédio do responsável técnico, as folhas do Relatório Diário de Obras, a serem recolhidas pela fiscalização a cada visita técnica.

8.2.9 Encaminhar semanalmente à fiscalização, via e-mail, dossiê contendo relatório fotográfico dos serviços executados – com legendas descrevendo as atividades, bem como espelho de medição contemplando os itens efetivamente executados do orçamento.

8.2.10 Fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), antes do início da execução dos serviços, bem como



todas as licenças necessárias à perfeita consecução dos serviços, pagando as taxas ou despesas decorrentes, observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública.

8.2.10.1 Apresentar, no caso de aditivos ao contrato, a ART ou RRT complementar, vinculada à ART ou RRT inicial, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação do ato.

8.2.11 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a utilizarem os equipamentos individuais indicados para elidir a periculosidade e/ou insalubridade, porventura existentes, na execução das tarefas necessárias à realização das diversas etapas da obra contratada.

8.2.12 Realizar o acompanhamento da obra, regularmente, por engenheiro civil ou arquiteto, que deverá, obrigatoriamente, estar presente em todas as vistorias da FISCALIZAÇÃO.

8.2.13 Facilitar meticulosa fiscalização dos materiais, execução das obras e serviços contratados, facultando o acesso a todas as partes das obras contratadas.

8.2.14 Assumir inteira responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.

8.2.15 Retirar da obra, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos do CONTRATANTE.



8.2.16 Executar todos os retoques e arremates que venham a ser exigidos pela Fiscalização, após a conclusão dos serviços de limpeza.

8.2.17 Descartar os materiais que forem substituídos em local apropriado, observando a legislação pertinente.

8.2.18 Realizar a gestão dos resíduos da construção civil, devendo ser providenciada a destinação final ambientalmente adequada, preferencialmente mediante reaproveitamento, reuso ou reciclagem, conforme previsto na Lei Federal nº 12.305/10, Resolução CONAMA nº 307/02, comprovada pelo fornecimento de cópia dos Manifestos de Transporte de Resíduo – MTR's emitidos na obra ou documento equivalente.

8.2.18.1 A CONTRATADA, relativamente aos Resíduos da Construção Civil da Classe D (resíduos perigosos), deverá fornecer o CDF – Certificado de Destinação Final, elaborado a partir do Sistema MTR Online, por meio do sítio eletrônico da FEPAM/RS.

8.2.18.2 São considerados resíduos da construção civil os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

8.2.19 Zelar pela limpeza permanente do local, bem como entregá-lo completamente limpo ao final dos serviços.

8.2.20 Apresentar, quando couber, à Divisão de Arquitetura e Engenharia do CONTRATANTE, cópias das notas fiscais dos equipamentos instalados nas dependências do prédio objeto deste ajuste, de maneira a possibilitar o registro contábil e patrimonial de bens e como condição para o recebimento provisório.



8.2.21 Não subcontratar o objeto deste ajuste, salvo parcialmente, e desde que autorizado pela fiscalização, mediante a apresentação dos documentos de habilitação, no que couber.

8.2.22 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e alterações posteriores.

8.2.23 Manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração.

8.2.24 Providenciar, quando couber, um protocolo para a entrega de todos os controles remotos dos equipamentos instalados (incluindo os certificados de garantia) e das chaves das portas e portões.

8.2.25 Fornecer o Registro Conforme Construído, de acordo com o modelo fornecido no Anexo III do Memorial Descritivo da Obra, como condição para o seu recebimento provisório.

CLÁUSULA NONA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

A CONTRATADA deverá, se for o caso, no prazo de 180 dias, contados da celebração do contrato, apresentar Programa de Integridade, mediante apresentação de Certificado a ser emitido pela CAGE, nos termos da Lei Estadual n.º 15.228/2018, Decreto Estadual n.º 55.631/2020, Instrução Normativa CAGE n.º 06/2021, e do



Provimento n.º 75/2016 - PGJ (com a redação dada pelo Provimento n.º 09/2023-PGJ), sujeitando-se, em caso de descumprimento, às sanções estabelecidas nas referidas normativas”.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DO OBJETO

10.1 O prazo de garantia dos materiais e serviços empregados na obra contra vícios de qualquer natureza é de 05 (cinco) anos, salvo quando o memorial descritivo /caderno de especificações técnicas contiver prazo diverso, sem prejuízo da responsabilidade prevista na legislação civil (artigo 618 do CC).

10.2 Durante o período especificado no item 9.1, a CONTRATADA ficará responsável por todos os encargos decorrentes de vícios ou defeitos no material empregado ou no serviço executado.

10.3 A partir do sexto ano do recebimento da obra, a garantia dos materiais e serviços empregados passará a ser subjetiva.

10.4 Verificada a hipótese constante desta cláusula, a CONTRATADA será notificada, sendo-lhe concedido prazo para atendimento. Não havendo qualquer manifestação, o CONTRATANTE providenciará a realização do serviço, devendo seu valor ser indenizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MEDIÇÃO



11.1 A medição dos serviços será realizada mensalmente ou em periodicidade menor, a critério do CONTRATANTE, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, tomando por base as especificações e os projetos.

11.2 Não serão medidos serviços executados em desacordo com os projetos e as especificações que integram o presente, que contrariem normas vigentes ou a boa técnica de execução.

11.3 As medições deverão conter somente os materiais efetivamente empregados, sendo vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura.

11.4 O valor da medição poderá ser maior do que o previsto na parcela do cronograma físico-financeiro pactuado, conforme o desempenho da CONTRATADA e a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ADITAMENTOS

12.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, nos termos e limites do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 Havendo a inclusão de novos serviços, o preço máximo será calculado considerando o preço de referência apurado pelo CONTRATANTE, a taxa de BDI do



orçamento-base do CONTRATANTE ou da proposta fornecida pela CONTRATADA, o que for menor, aplicando-se na sequência o fator de proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência do CONTRATANTE, a fim de garantir a manutenção do percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA.

12.3 Ocorrendo alteração, dentro dos limites legais, dos valores constantes deste contrato ou prorrogação do prazo de execução da obra ou, ainda, qualquer outra causa que impeça a entrega do objeto no prazo avençado, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou prorrogação, conforme o caso, da garantia prestada e do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, nos termos das cláusulas terceira e quarta deste contrato, bem como nova Anotação de Responsabilidade Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO

13.1 Após a data prevista para o término dos serviços, o CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, fará verificação *in loco* e adotará uma das seguintes providências:

- a) recebimento provisório;
- b) recebimento provisório, com ressalvas;
- c) não recebimento do objeto.

13.1.1 O recebimento provisório de que trata a letra "a" será efetuado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra e/ou serviços, mediante



termo circunstanciado, assinado pelas partes, quando constatada a conclusão do objeto de acordo com as especificações.

13.1.2 O recebimento provisório de que trata a letra "b" será realizado por responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra e/ou serviços, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, e somente poderá ser concedido se as ressalvas constatadas pelo fiscal disserem respeito a itens já executados, ocasião em serão listadas as pendências.

13.1.3 No caso de os defeitos e/ou as irregularidades listadas pelo CONTRATANTE de que trata o 12.1.2 não terem sido sanados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a CONTRATADA passa a incorrer em multa moratória, a qual terá início na data do recebimento provisório do objeto.

13.1.4 Constatados vícios, defeitos e/ou irregularidades após o recebimento provisório, aplicam-se as regras dispostas no item 12.1.3.

13.1.5 Quando houver o não recebimento constante da letra "c", o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para, com urgência, resolver as pendências listadas.

13.2 O Termo de Recebimento Definitivo da obra e serviços contratados será lavrado no prazo de até 90 (noventa) dias, após o recebimento provisório ou após a correção dos itens constantes no Termo de Recebimento Provisório, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

13.3 O recebimento definitivo será efetuado por Comissão de Recebimento indicada pelo CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.



13.4 O recebimento dos serviços, tanto o provisório quanto o definitivo, somente será realizado se estiver em vigor a Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional e a garantia prestada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 No decorrer da execução do objeto, verificada qualquer irregularidade, a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, concedendo prazo razoável para que se manifeste sobre o ocorrido.

14.2 Recebida a manifestação da CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, se entender que o descumprimento é injustificado, encaminhará os autos para a instauração de processo punitivo, com garantia da ampla defesa e do contraditório.

14.3 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente ou conjuntamente com as multas definidas nos itens seguintes deste instrumento, com as penalidades abaixo:

14.3.1 advertência, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, segundo entendimento da FISCALIZAÇÃO, para as quais haja concorrido;

14.3.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;



14.3.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.4 Poderá ser aplicada a penalidade de multa moratória nos seguintes casos:

14.4.1 Atraso injustificado na execução das parcelas previstas no cronograma físico-financeiro, com a aplicação do menor resultado, de uma das fórmulas a seguir:

$$M^1 = (Vp - Vm) \times F$$

$$M^2 = (Ap - Am) \times F$$

M = Valor da multa moratória;

Vp = Valor da parcela prevista no cronograma físico-financeiro;

Vm = Valor da medição;

Ap = Valor acumulado previsto;

Am Valor acumulado das medições.

MEDIÇÃO MENSAL EM ATRASO (ETAPA/SERVIÇO)	F
1ª Ocorrência	0,05
2ª Ocorrência	0,1
3ª Ocorrência	0,15
4ª Ocorrência	0,20



14.4.2 Será aplicado o percentual de 0,1% de multa sobre a última parcela para cada dia de atraso na entrega do objeto ou pelo atraso injustificado na execução dos serviços corretivos, apontados no termo de recebimento provisório.

14.5 Poderá ser aplicada a sanção de multa compensatória, por inexecução parcial dos serviços, no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

14.5.1 Execução dos serviços com qualidade deficiente, com falhas ou em desconformidade com o especificado;

14.5.2 Descumprimento de cláusula contratual ou de norma de legislação pertinente;

14.5.3 Demais situações que caracterizem descumprimento parcial do objeto.

14.6 Poderá ser aplicada a sanção de multa compensatória, por inexecução total dos serviços, no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

14.7 As multas previstas nos itens anteriores, quando cumuladas, não poderão ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

14.8 As multas devidas e/ou os prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos à CONTRATADA ou da garantia do contrato ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.8.1 O CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.



14.9 A aplicação das sanções previstas neste ajuste não exclui a possibilidade de responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, previstos no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, em caso de rescisão administrativa.

15.2 Este contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nos casos dos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

15.3 Em caso de rescisão, a CONTRATADA terá direito a receber o pagamento correspondente ao serviço executado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL



16.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

16.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.

16.3 As relações mútuas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO. De outra parte, as Ordens de Serviço ou comunicações entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, convenientemente numeradas, em 02 (duas) vias, uma das quais ficará em poder do transmitente, depois de visada pelo destinatário, só assim produzindo seus efeitos, ou, ainda, por correspondência eletrônica, com a devida confirmação de leitura/recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

O objeto do presente contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do contratante, nos termos do que dispõe o artigo 5º, do inciso VII, da Lei Federal nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE GESTÃO DE CONTRATOS

Procedimento nº **02405.000.174/2023** — Procedimento de Gestão Administrativa

18.1 Todas as comunicações relativas a este contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada no endereço da sede da CONTRATADA ou e-mail (correio eletrônico, com a correspondente confirmação leitura /recebimento).

18.2 Não sendo a CONTRATADA localizada por mudança de endereço, sem aviso ao CONTRATANTE, as intimações e demais comunicações serão realizadas por publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta do Órgão 09.79; Recurso 0164; Projeto 9024; Subprojeto 00001; Natureza da Despesa 4.4.90.51; Rubrica 5103.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VIGÊNCIA

O presente ajuste tem início no primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização, em resumo, no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e terá vigência, a contar da mesma data, pelo período de 14 (quatorze) meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE GESTÃO DE CONTRATOS

Procedimento nº **02405.000.174/2023** — Procedimento de Gestão Administrativa

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente ajuste.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.

Porto Alegre, na data da sua assinatura eletrônica.

Documento assinado digitalmente por (verificado em 23/10/2023 17:49:10):

Nome: **Rogério da Silva Meira**

Data: **23/10/2023 17:17:00 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"

informando a chave **UIWI8xxSTxaDqbjelvCjXg@SGA_TEMP** e o CRC **6289.9226**.

1/1